

A ALEGRIA SUBVERSIVA DE DEVIR-CRIANÇA

Eduardo Simonini Lopes¹

Resumo: O presente trabalho pretendeu discutir o conceito de devir-criança, como proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, e sua relação com a imagem da criança que é apresentada na Bíblia cristã, especificamente nos Evangelhos do Novo Testamento. Nesse sentido, este trabalho se inicia debatendo sobre a alegria e de como esta é encarnada na expressividade ingênua das crianças. Contudo, a partir da apresentação do conceito de devir-criança, a discussão abandona a perspectiva social e biologicamente definida sobre a criança, para passar a compreendê-la como força inventiva em processo de criação-destruição de mundos. Nesse sentido, é defendido que o entendimento da criança nos Evangelhos não se restringe a uma imagem moralizada de pureza e castidade, sendo também potência criadora, alegre, que comunga com a abertura de mundos a agenciamentos criativos.

Palavras-chave: Criança. Devir-criança. Bíblia.

LA ALEGRÍA SUBVERSIVA DE DEVENIR-NIÑO

Resumen: El presente trabajo pretendió discutir el concepto de devenir-niño, como propuso Gilles Deleuze y Félix Guattari, y su relación con la imagen del niño que se presenta en la Biblia cristiana, específicamente en los Evangelios del Nuevo Testamento. En ese sentido, este trabajo se inicia debatiendo sobre la alegría y de cómo ésta es encarnada en la expresividad ingenua de los niños. Sin embargo, a partir de la presentación del concepto de devenir-niño, la discusión abandona la perspectiva social y biológicamente definida sobre el niño, para pasar a comprenderla como fuerza inventiva en proceso de creación-destrucción de mundos. En este sentido, se defiende que el entendimiento del niño en los Evangelios no se restringe a una imagen moralizada de pureza y castidad, siendo también potencia creadora, alegre, que conversa con la apertura de mundos a agenciamentos creativos.

Palabras-clave: Niño. Devenir-niño. Biblia.

[...] os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a parirem a si mesmos.
Gabriel Garcia Marquez

Alegria. Palavra de significação incerta e ligada a uma rede de sabores diversos que atrelam à mesma sentidos que vão do sublime ao mundano. Pode a alegria rimar com a debilidade alcoólica daqueles que a procuram no fundo de uma garrafa; com o delírio anestésico, aflitivo e/ou psicodélico daqueles que a espreitam por meio de químicas diversas; pode se sintonizar com a caçada ao esplendor estético dos que anseiam por um modelo de perfeição; com o encantamento buscado em sonhos de perene felicidade através das religiões, dos amores, das posses materiais ou dos aplausos públicos. A alegria pode inclusive se conjugar com o sentimento de angústia e infelicidade, principalmente para aqueles que só conseguem se sentir plenos quando estão sofrendo por algo. A noção de vida alegre traz, pois, injunções contraditórias, e como sustenta Laub (2013, p. 70):

Ao mesmo tempo em que se fala das vantagens de se ter uma vida saudável, o que inclui alimentação, exercício físico, restrição de tabaco,

¹ Psicólogo, mestre em Psicologia Social pela UERJ, doutor em Educação pela UERJ, pós-doutor em Psicologia pela PUC/MG, professor no Programa de Pós-Graduação em Educação e no departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa/MG.

um padrão estético e de comportamento martelado por publicidade, TV e campanhas governamentais, existe um glamour em torno das neuroses. Difícil achar um filme hollywoodiano cujo herói tenha comportamento convencional. Nada é mais popular em redes sociais do que parecer inconformado, excessivo, imprevisível, uma forma mais modesta do clichê que vê na genialidade um prolongamento da loucura. [...] Nenhum ídolo da música chega ao pico de popularidade e interesse como o que conscientemente procura o fim. Nenhuma relação amorosa parece ser verdadeira se não tiver uma dose de intensidade, caos e destruição mútua [...].

A alegria, portanto, tem muitas nuances rítmicas – individuais, biológicas, sociais, culturais – atreladas a diferentes estéticas, o que faz com que este conceito habite um campo não totalizável em um único significado, uma vez que a alegria é povoada por sentidos dependentes de singularidades pessoais e/ou construções socioculturais. Mas apesar de conceitualmente incerta em sua pluralidade de significações, a alegria encontra muitas vezes como invólucro material a figura da criança, no momento em que esta é compreendida como expressão de espontânea liberdade ainda não plenamente capturada pelas pressões de uma moralidade social. Essa alegria associada à infância aparece, especialmente na cultura do ocidente, enlaçada a concepções de flexibilidade, inocência, esperteza, criatividade e sensibilidade. Podemos, nesse sentido, seguir esses enlaçamentos – a título de alguns poucos exemplos literários – em obras como as que fizeram Johanna Spyri, Mark Twain, Ziraldo e José Mauro de Vasconcelos. Em 1880, a escritora suíça Johanna Spyri (2017) narrou a vida de uma criança chamada Heidi; órfã, a protagonista da história tem cerca de 6 anos de idade e enfrenta as desventuras de sua vida produzindo encantamento nas pessoas que cruzam o seu caminho. Sua pureza envolve e contagia aqueles com quem convive, e ela apresenta sempre uma gentil fé na capacidade de amar dos outros. Trazendo uma diferente característica dessa alegria infantil, em 1876 o norte-americano Mark Twain (1996) compôs uma personagem, de idade estimada entre dez e onze anos, chamada de Tom Sawyer: um menino inteligente, aventureiro, envolvido em dificuldades diversas enquanto surpreendia a todos com sua vitalidade. Tom era, segundo sua tia, um:

Garoto esperto! Sempre consegue me enganar. É como se diz: ‘Cachorro velho não pode aprender novos truques’. Deus!... E ele nunca repete seus expedientes! Como posso saber qual deles vai usar? Parece que adivinha até que ponto pode me atormentar, antes de me deixar furiosa. [...] Esse moleque tem o diabo no corpo (TWIN, 1996, p. 11).

Mark Twain apresentava ali o modelo da criança alegre em sua agitação e esperteza, à semelhança do que fez Ziraldo (2002) quando, em 1980, publicou a história do Menino Maluquinho. A inegável aproximação da personagem de Ziraldo com a de Mark Twain é marcada exatamente pelo caráter lúdico e criativo com que as duas crianças – ainda que separadas em cem anos e representando realidades nacionais outras – articulavam suas infâncias a uma experiência de contínua experimentação e quebra de regras socialmente estabelecidas. Algo mais sutil, no que tange a essa quebra dos padrões estabelecidos por parte das crianças, fez o escritor carioca José Mauro de Vasconcelos quando, em 1964, lançou o livro “Coração de Vidro”. (VASCONCELOS, 1977). Nesta obra ele narrou o apogeu e decadência de uma fazenda a partir de quatro histórias que se entrelaçavam, em que os protagonistas eram um pássaro, um peixe, um cavalo e uma mangueira. Especialmente na história da mangueira, foi narrado o encontro da árvore com uma criança de cerca de cinco anos, chamada por ela de Príncipe. A criança fazia confidências à mangueira, recebia dela conselhos e afagos que tiveram seu ponto de ruptura quando seus pais, que até então ali moravam, foram embora da fazenda. A mangueira sobreviveu aos anos e à deterioração daquela propriedade rural porque tinha como projeto esperar o retorno do seu Príncipe. Mas quando este retornou, já adulto – sendo que a mangueira, então, não passava de um tronco serrado –, ele não se recordou da árvore. Ao perceber tal esquecimento, a mangueira, triste, mergulhou na própria morte. Muitos anos depois do último encontro com a mangueira, o Príncipe se casou e teve um bebê. Pretendendo ele comprar um apartamento para a família com o dinheiro da venda da referida fazenda, sua esposa protestou: queria uma casa que tivesse uma árvore no quintal, pois, afirmou ela, toda criança gosta de árvores e conta a elas histórias. Mas o Príncipe retrucou: “não insista, meu bem. Um apartamento é mais prático. E eu já fui menino também e não tive nada disso que você fala. Isso é literatura.”(VASCONCELOS, 1977, p. 76). A literatura é assumida como fantasiosa mentira pela personagem de Vasconcelos, esquecendo-se ele da magia que fora seu período de encantamento infantil; contudo, como salienta Carrascoza (2010), quando nos tornamos adultos perdemos a sensibilidade às belezas que anteriormente nos deslumbravam e passamos o resto da existência buscando retomar as sensações daquele paraíso de perdida potência.

Desta maneira, nas obras literárias aqui citadas, encontramos com o fato de que a inocência, a aventura, a criatividade e a imaginação permitiam às crianças construir mundos paralelos e/ou transversais ao universo estreito de possibilidades

em que a grande parte dos adultos circulava. As crianças abriam sua existência a campos de possíveis. Autorizadas socialmente a vadiar, experimentar e fantasiar, a condição de criança carrega consigo uma irresponsabilidade, no sentido de que ela não precisa responder severamente por seus atos, pois transita em um mundo em que as regras ainda são por demais maleáveis. É nesse sentido que Guattari (1987) considera que, nas sociedades ocidentais, a entrada da criança em papéis especificados pelo mundo social adulto tendeu a ser situada aproximadamente entre os nove e doze anos de idade, sendo que “durante uma dezena de anos elas escapam ao tipo geral de encodificação que é aquele sobre o qual repousa o conjunto da armadura social”. (GUATTARI, 1987, p. 51).

Esta “armadura”, contudo, não é implementada de uma única vez, sendo que geralmente ela se modela aos poucos, de maneira maleável e flexível, ao corpo do infante. O que faz com que Guattari problematize que esse período de dez anos de “moratória social” da criança tende, na contemporaneidade, a desaparecer uma vez que o infante é absorvido cada vez mais cedo às configurações de normatividade das sociedades. Há toda uma gama de micropolíticas a que a criança se conforma, e estas micropolíticas dão consistência a sensibilidades, maneiras de pensar e organizar a vida que Guattari (1992) chamará de produção de subjetividade. Contudo, essa subjetividade que é produzida não corresponde a um artefato essencializado em um “eu interior”, mas a uma fabricação complexa de aparatos, de tecnologias, de linguagens, ecologias, regras, territórios, temporalidades, musicalidades, estéticas, tradições, ritmos existenciais... que modelam (e são modelados em) formas de pensar e maneiras de agir. Toda produção de subjetividade engendra uma realidade palpável a materializar um território existencial de significações compartilhadas que oferece uma sensação de estabilidade e coerência cognitiva àqueles que partilham os mesmos signos. Mas essa realidade aparentemente tão firme em seus fundamentos e verdades está sempre em tensão – sutil ou tempestuosa – com outros modos de existir que a atravessam em trajetos tantas vezes marginais. Não sendo facilmente assumidos como de legítima expressão pela subjetividade hegemônica de uma época, tais movimentos marginais incomodam principalmente quanto mais explícitos se tornam os novos códigos de subjetivação por eles enunciados. São códigos potencialmente nutridos em práticas e pensamentos que podem vir a ser qualificados, pelas configurações reinantes de realidade, como blasfemos, feios, pecaminosos e monstruosos.

Tais práticas-pensamentos marginais coexistem com aqueles encodificados na

produção de uma subjetividade dominante; todavia, por serem considerados como um modo “normal” de existir, os códigos de uma subjetividade dominante são os que mais facilmente estão presentes na construção de sujeitos, principalmente quando estes ainda são crianças. É especialmente nesta fase que mais facilmente se “naturalizam” nos infantes temporalidades, estéticas, papéis sociais, expressões sexuais, projetos de futuro. E, para Guattari (1987), numa hodiernidade tão marcada pela multiplicação do acesso a tecnologias de comunicação, as crianças cada vez mais cedo têm se agenciado a modos de subjetivação hegemônicos que organizam sensibilidades e formas de consumir produtos, consumir prazer, consumir o tempo e também formas de sonhar e de projetar um futuro. Isso pode favorecer com que haja – tanto em termos de uma comunidade, de um país, de um continente ou mesmo em termos de uma escala planetária – a produção de mundos e encantamentos infantis cada vez mais estreitados em maneiras de pensar, sentir e viver consonantes com os códigos de uma subjetividade dominante. Assim, a subjetividade que rege um tempo é retroalimentada em “fazeres” e “sentires” cotidianos que estabelecem ritmos existenciais que tendem a ignorar e/ou neutralizar outras frequências que a contestam. É como quando se pratica a atitude (tão comum e inconsciente) de caminhar:

Os pés vão um atrás do outro, como aprendemos desde crianças. Mas a alegria dos primeiros passos se perdeu. Ao crescer, nos modelamos segundo o andar dos nossos pais, dos irmãos mais velhos, das pessoas às quais somos ligados. As pernas agora avançam com base em hábitos adquiridos. E a atenção, a emoção, a felicidade do passo se perderam, assim como a singularidade do andar. Nos mexemos acreditando que o movimento das pernas é nosso, mas não é, uma pequena multidão sobe com a gente aqueles degraus, e a ela nos adequamos: a segurança das pernas é apenas o resultados do nosso conformismo. Ou se muda o passo e se recupera a alegria do início – concluiu –, ou nos condenamos à normalidade mais cinzenta (STARNONE, 2017, p. 28-29).

Seguindo as reflexões de Starnone, que muito podem se relacionar às de Guattari (1987), o ritmar de nossos passos nunca é uma experiência estritamente individual, sendo também coletiva, compondo-se numa produção de subjetividade. Nossos ossos, músculos, cartilagens, sangue, veias, nervos..., tudo o que participa para nosso movimento e consciência estão emaranhados em histórias, tradições, heranças genéticas e afetivas que se urdem em um complexo processo de modelagem do ritmo e do estilo de passadas que – apenas na aparência – tomamos como pessoais e/ou íntimas de um “eu”. É esse modular silencioso, mas contínuo (ao ritmar regras de convívio, melodias afetivas, políticas econômicas, estéticas e regimes de identidade) que favorece

o re-conhecimento de cada um dentro de linguagens, valores, trejeitos, projetos e sonhos de uma comunidade específica. Já outros ritmos a mudarem a cadência de passos encarnados num modo de existir estariam comprometidos com a interferência de dinâmicas marginais a colocarem tropeços em movimentos rotinizados.

Dessa maneira, quando falamos a respeito das crianças, penso, com Guattari (1987), que é improvável a existência de uma dicotomia cronológica entre um período de libertação das regras e outro de plena submissão às mesmas, especialmente em nossa contemporaneidade em que a velocidade das informações, a acessibilidade e o mergulho das crianças em diferentes mídias é tão intensa. Os fios de significação que tremulam nas brincadeiras infantis, nos jogos de vídeo games, nos desenhos animados, nas rotinas escolares, reuniões de família, nos ritos religiosos..., são os mesmos que as inserem nos ritmos sociais, cognitivos e afetivos que compõem os limites e possibilidades com os quais cada criança lidará com seu presente e sonhará seu futuro. A formação é contínua, como as linhas de um vestido finalizado já estão presentes nos movimentos iniciais – e prenhes de possibilidades – de suas primeiras costuras. Como contam Filinto e Cunha (2011, p. 2-5, 9):

O tecido do vestido da menina era composto por fios diferentes que ela recolhia das conversas que os adultos e os irmãos mais velhos teciam durante as refeições. Tinha fio que era comprido e parecia percorrer uma família inteira, pros lados, pra cima e pra baixo. Outros eram curtos e interrompidos; truncadinhos, abarrotados. Tinha fio brilhante, dourado, cor-de-rosa. Fios gargalhentos, esfuziantes, como os brindes dos quais ela podia participar quando comemoravam momentos importantes. [...] A cada jantar de família, ampliava-se a trama do tecido do vestido da menina.

A alegoria que Filinto e Cunha (2011) trazem ao discutir o tramar das linhas de um vestido nos diz de uma perspectiva em que tudo é ao mesmo tempo social e singular, uma vez que toda produção de subjetividade *versa* entre as singularidades de um sujeito e os valores historicamente estabelecidos; e é nesse *con-versar* que tecemos (para nós e para os outros) um vestuário social que pode ser tanto proteção, referência identitária, potência inventiva e também armadura de conduta. Cada sujeito compõe sua própria linha de subjetivação – ou feixe de linhas – na configuração de uma maneira de existir que pode se fechar em um nó e/ou se arriscar em abertura e experimentação num diferente arranjo de existência. É pensando em meio a essas forças dançantes entre ordenamentos e rupturas que o antropólogo Tim Ingold (2015, p. 137) insiste que “a vida é aberta: seu impulso não consiste em alcançar um termo, mas em seguir em

frente. A aranha tecendo sua teia ou o músico lançando-se na melodia ‘arrisca uma improvisação.’”

Assim, uma experiência social humana não se definiria apenas pelas determinações de uma subjetividade dominante, mas igualmente pelas rupturas e tropeços a produzirem melodias e cadências outras nas tramas em que tal experiência – no emaranhar das linhas de subjetivação nas quais ela afeta e é afetada – se realiza. O que faz com que as noções de “vida em aberto” e de “improvisação” nos conduzam aqui a uma ruptura na concepção de criança comumente considerada como sendo um período de desenvolvimento, a fim de assumi-la como uma condição que se abre à potência de agenciamentos em incerto devir.

Contudo, se o devir é um conceito que diz sobre o movimento e as consequentes mudanças pelas quais as coisas passam, a exemplo da alegria ele possui diferentes instrumentalizações. O devir pode, por exemplo, ser significado como um movimento de contradições que, numa dinâmica de progresso e aperfeiçoamento, anseia por atingir um ponto de maior evolução das coisas. Já para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), estar em devir não se compromete com uma evolução; com uma sucessão progressiva de estados; muito menos com o estabelecer de semelhanças ou imitações. Estar em devir, para os referidos filósofos, consiste em compor, entre diferentes corpos, agenciamentos que não se restringem às identidades daqueles que estão nessa mesma relação. É criar uma interação rítmica e ressonante entre corpos, mais do que uma relação causal ou de mistura, uma vez que estar em devir não é se tornar isso ou aquilo, mas compor numa travessia “entre” isso e aquilo. Desta maneira, “há um devir-mulher, um devir-criança, que não se parecem com a mulher ou com a criança como entidades molares bem distintas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 67). Assim, o conceito de devir-criança, proposto por Deleuze e Guattari (1997), é significativo neste trabalho já que ele nada diz do ato de imitar uma criança em seu papel social, nem mesmo do movimento de se tornar criança – como um adulto tendo atitudes infantis ou sendo tragado numa senilidade que lhe devolve a posturas de criança –, mas da composição com as possibilidades de invenção, imaginação, novidade e experimentação que atravessam a força da criança, no seguir linhas em aberto que não se restringem a um mundo pré-definido.

Acredito que Nietzsche (2011) trouxe a potência desse devir-criança quando descreveu as três metamorfoses pelas quais passa o humano: respectivamente o camelo, o leão e a criança. Há, para Nietzsche, aqueles que se compõem na vizinhança dos

camelos, e, como eles, são resilientes e persistentes na busca obstinada pela verdade, ainda que tenham que se submeter a humilhações. Há, todavia, aqueles que são como leões e querem ser senhores de sua própria verdade. Veem-se face a face com valores estabelecidos e considerados como incontestes, e diante ao “não pode” imposto por tais valores o leão urra um “eu quero”. Mas, se por um lado o leão contesta valores hegemônicos, por outro lado ainda não tem a força para criar novos; entretanto, se não consegue criá-los, ele pode, por sua vez, inaugurar as condições de liberdade para que tal criação possa vir a se processar. Assim, é o leão que abre passagem à criança e, segundo o filósofo:

[...] dizei-me, irmãos, que pode fazer a criança, que nem o leão pôde fazer? Por que o leão rapace ainda tem de se tornar criança? Inocência é a criança, e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda a girar por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim. Sim para o jogo da criação, meus irmãos, é preciso um sagrado dizer-sim: o espírito quer agora *sua* vontade, o perdido para o mundo conquista *seu* mundo. Três metamorfoses do espírito eu vos mencionei: como o espírito se tornou camelo, o camelo se tornou leão e o leão, por fim, criança (NIETZSCHE, 2011, p. 28-29).

Essa criança criadora é movimento, agenciamento, devir e igualmente um “dizer-sim” não capturável por qualquer tecnologia de encodificação, pois é ela própria quem cria novos códigos para depois abandoná-los na produção de outros mundos. Esse devir-criança se move à semelhança de Shiva, um deus hindu que, representando em sua dança a criação e destruição de mundos, não é uma força moral que ambiciona produzir “um mundo melhor”, mas uma dinâmica que se amplifica numa potência transformativa que marca a condição de instabilidade e constante estado de criação-destruição-criação na qual estão envolvidas todas as coisas: mesmo a mais sólida rocha da tradição. Assim, em um entrelaçamento vibrátil entre o deus Shiva e o “sim” nietzschiano, o devir-criança é diferença que não apenas questiona o que “já está aí posto”, como agencia, em um diverso ritmar, outras possibilidades de realidade.

Nesse contexto de afirmação da criança como diferença inventiva e não como etapa cronológica é que Larrosa (2003) sustenta que todo processo de aprendizagem diz respeito ao nascimento de uma criança. Isto porque ele defende que toda criança que nasce é um acontecimento, pois produz uma descontinuidade na linha temporal, inaugurando uma trajetória inédita que tanto pode se conformar com o que “já está aí posto”, quanto igualmente partejar um novo futuro, ao ativar linhas que tramam outras configurações até então impensáveis. Nesse sentido, Larrosa nos convida a pensar um

dos nascimentos mais emblemáticos do mundo ocidental, que foi o de Jesus Cristo. Segundo o Evangelho de Mateus (2017), três reis magos do Oriente vieram a Jerusalém e inquiriram Herodes² a respeito do rei dos judeus que, segundo os três magos, acabara de nascer. Sabendo, pois, que o local profetizado para esse nascimento era a cidade de Belém, e temendo a perda futura de sua autoridade e poder diante daquele improvável rei-criança, Herodes “mandou matar todos os meninos de dois anos e mais novos ainda, nascidos em Belém e nos arredores, de acordo com o espaço de tempo sobre o qual se informara com exatidão junto dos magos”. (MATEUS, 2018, 2017, p. 63-64). Herodes viu, na enunciação daquele nascimento, o risco de que forças marginais ganhassem uma renovada alegria, promovendo com ela uma revolução a desmontar o sistema de poder então vigente. Talvez ele não estivesse errado em seus temores, uma vez que o nascimento daquela criança deu passagem a uma alegria que pode ser intuída, por exemplo, quando do primeiro milagre de Jesus, narrado no Evangelho segundo João (2, 1-10, 2017, p. 328-329):

No terceiro dia, uma boda realizava-se em Caná da Galileia e a mãe de Jesus estava lá. Jesus e seus discípulos também foram convidados para a boda. E, faltando o vinho, diz a mãe de Jesus ao próprio: ‘Não têm vinho’. E diz-lhe Jesus: ‘O que tem isso a ver contigo e comigo, mulher? Ainda não chegou a minha hora’. A mãe dele diz aos criados: ‘O que ele vos disser, fazei’. Havia ali seis vasilhas de pedra preparadas para os ritos de purificação dos judeus, com capacidade de duas ou três medidas cada uma. Diz-lhes Jesus: ‘Enchei as vasilhas de água’. Eles encheram-nas até cima. E ele diz-lhes: ‘Tirai agora e levai ao mordomo’. E eles levaram. Quando o mordomo provou a água transformada em vinho e não sabia de onde era (mas sabiam-no os criados que tinham tirado a água), chama o noivo e diz-lhe: ‘Todas as pessoas servem primeiro o vinho bom e, quando os convidados já estão bebidos, é que servem o pior. Porém, tu guardaste o vinho bom até agora!’.

Em sua primeira manifestação de potência, Jesus ofereceu uma concessão à alegria, representada esta na transformação de algo sem sabor – a água – em um vinho celebrativo do que vem a ser o casamento: as núpcias entre diferentes mundos potencialmente produtores de uma nova vida. Tal concessão a uma vida alegre parece se estender a outra passagem bíblica, apresentada no Evangelho de Lucas (7, 33-35, 2017, p. 250), em que Jesus compara a postura de João Batista³, seu primo, com a dele

² Herodes foi um rei de Israel que viveu provavelmente entre 73/74 a.C. e 4 a.C. Os biógrafos modernos de Herodes negam que tenham ocorrido os fatos creditados a ele no Evangelho de Mateus.

³ João Batista é considerado pelos cristãos como sendo o profeta que realizou o batismo de Jesus Cristo, assim como anunciou a vinda deste como sendo o Messias que traria o “reino dos céus”.

próprio, ao dizer: “Veio João, o Batista, que não come pão nem bebe vinho, e dizeis: ‘Tem um demônio’. Veio o Filho da Humanidade comendo e bebendo e dizeis: ‘Eis um comilão e um bêbado, amigo de cobradores de impostos e de pecadores’”. Inserções como estas são indicativas de que Jesus não vivia fora do mundo; não rechaçava os prazeres mundanos e, acolhendo alegrias da terra, em alguns momentos invocou a figura da criança para também falar das alegrias do “reino dos céus”.

Contudo, mais do que se referir a uma criança física, acredito que as intervenções de Jesus aludiam ao devir-criança, pois em torno da criança por ele comentada vibrava a potência de se inventar um novo viver; conclamar um outro mundo possível; adentrar em um diferente regime de alegria. Tal movimento pode ser intuído na passagem narrada no Evangelho de Mateus (18, 1-5, 2017, p. 118):

Naquela hora, aproximaram-se os discípulos de Jesus, dizendo: ‘Quem é maior no reino dos céus?’. E Jesus, chamando uma criança, a pôs no meio deles e disse: ‘Amém vos digo, a não ser que volteis a ser como crianças, não entrareis no reino dos céus. Aquele que se fizer humilde como esta criança, esse é o maior no reino dos céus. E quem receber uma criança como esta em meu nome, recebe a mim.’

Por esta passagem podemos aqui assumir que o “reino dos céus” é uma das significações possíveis para o conceito de alegria; mas de uma alegria que exige um “voltar a ser criança”. Contudo, não compreendo essa “volta” como sendo um retorno no tempo, mas um reencontro com a potência inventiva, expressiva e de feliz experimentação que não se posta petrificada em mundos-verdade. Assim, a alegria, o “reino dos céus” e o devir-criança não seriam um lugar ou um estado determinado, mas uma condição de abertura, de agenciamento, de multiplicação. Principalmente porque o “reino dos céus” “não vem de maneira observável. [As pessoas] não afirmarão ‘Ei-lo aqui’ ou ‘Ei-lo ali’. Pois o reino de Deus está dentro de vós” (LUCAS, 17, 20-21, p. 285, 2017). Penso, portanto, que estar na humildade inventiva de devir-criança – e guardar em si o “reino dos céus” – encontra um potencial significado no ato de não se carregar pesos demais, cobranças demais, regras demais e/ou moralidades excessivas que fazem com que a criatividade-encantamento-experimentação no viver acabe por ficar submersa pela pressão das normativas do que “já está aí posto”. Tal perspectiva faz ressonância na passagem em que, no mesmo Evangelho de Mateus (19, 21-22, 2017, p. 122-123), Jesus afirma a um jovem que “se quiseres ser perfeito, vai e vende os teus haveres e dá aos mendigos e terás um tesouro nos céus. E depois, segue-me”. Esta passagem carrega consigo uma mensagem de desprendimento e igualmente de

leveza frente às cargas, obrigações e posses (sejam elas físicas, afetivas ou mesmo intelectuais). O ato de se desfazer de suas posses pode ser compreendido como uma atitude de potência, uma vez que por “mendigos” e “pobres” podemos entender todos aqueles que precisam de posses para viver, presos que estão na necessidade de garantias, de certezas, de poderes, de aplausos, reconhecimento e aprovação. Essa passagem nos convida a pensar que se o mendigo é aquele que, triste, clama por receber algo que lhe preencha as necessidades, a riqueza seria a condição daquele que, desprendido, sem pesos a carregar, leve dança. Pois, como afirma Nietzsche (2011), só podemos crer em um deus alegre e que saiba dançar.

Portanto, com sua convocação a se desfazer das posses, Jesus retoma a condição de um devir-criança que, não se pretendendo a um estado de fixidez, é capaz de bailar em um novo brincar a partir de diferentes elementos postos em jogo. Para se entrar na alegria do “reino dos céus” seria, portanto, necessário se desatar das certezas que nos garantem em territórios de segurança e poder, a fim de, vibrando num devir-criança, permeabilizar a existência numa improvisação dançarina. E essa condição vibrátil e permeável em muito nos aproxima do conceito de “sujeito da experiência”, discutido por Larrosa (2002, p. 25). Isto porque, para o referido autor, um sujeito aberto à experiência:

[...] é um sujeito alcançado, tombado, derrubado. Não um sujeito que permanece sempre em pé, ereto, erguido e seguro de si mesmo; não um sujeito que alcança aquilo que se propõe ou que se apodera daquilo que quer; não um sujeito definido por seus sucessos ou por seus poderes, mas um sujeito que perde seus poderes precisamente porque aquilo de que faz experiência dele se apodera. Em contrapartida, o sujeito da experiência é também um sujeito sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado, submetido. Seu contrário, o sujeito incapaz de experiência, seria um sujeito firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado, definido por seu saber, por seu poder e por sua vontade.

O devir-criança, a exemplo da abertura à experiência em Larrosa (2002), se inscreve num esquecimento, numa ignorância, numa humildade e, conseqüentemente, numa flexibilidade a fomentar potências de pensar-viver diferente aquilo mil vezes pensado-vivido igual. Pois o que está no movimento em devir não se corporifica em um saber, em um dogma, em uma tradição e/ou na paralisia de uma constância transcendente. Talvez seja diante dessa permeabilidade inventiva de um devir-criança que devemos acolher o alerta de Jesus: “deixai as crianças, e não as impeçais de virem até mim, pois delas é o reino dos céus” (MATEUS, 19, 14, 2017, p. 122). Nesse sentido, portanto, Jesus era ele próprio uma potência criança, uma vez que se assumia como a encarnação do “reino

dos céus” na terra, mensageiro de uma “boa nova”, participe de um nascimento-acontecimento que fundou uma nova temporalidade a questionar as lógicas de totalização da vida de então. Por sua vez, lógicas totalitárias sempre tentaram matar as crianças, a exemplo do que teria feito Herodes (LARROSA, 2002); mas mais do que matar os corpos, os regimes totalitários anseiam por assassinar os modos de viver-pensar que inauguram outras liberdades e movimentos criativos que abrem portas não autorizadas a diferentes horizontes e futuros. A terrível novidade não programada no devir-criança encontra, a exemplo do que fizeram com Jesus, o perigo da crucificação; da acusação de pecado, de erro, de monstruosidade e a consequente condenação à morte.

E esse assassinato da criança em devir se mostrou para mim bem ilustrativo em uma imagem com a qual me deparei enquanto transitava sem propósito definido pelas ruas da cidade histórica de Ouro Preto/MG. Foi nesse aleatório passear que me vi paralisado diante de uma pequena estátua, à venda em uma loja de artesanato, que representava uma criança crucificada.

FIGURA 1 – Jesus-menino crucificado



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Aquela imagem de Jesus-menino assassinado na cruz me fez pensar a respeito de todo o medo que é cultivado – e que pode germinar em insegurança, preconceito, julgamento, condenação – quando uma novidade nasce trazendo um diferente verso no mundo. Aquela criança crucificada simbolizou para mim o terror que uma produção de subjetividade dominante tende a ter de tudo o que, dançando num devir-criança, problematiza certezas: seja na expressão dos corpos, nas sexualidades, na força de outros discursos, na tempestade dos novos pensamentos.

Contudo, como movimento molecular, o que está em devir escapa pelas frestas – ainda que minúsculas e temporalmente breves – fugindo às crucificações, no fazer multiplicar possibilidades ainda não moralizadas de vida. O devir que escapa à fixidez dos códigos é sempre um devir-criança a criar mundos e destruir outros com a alegria nietzschiana de uma criança que inventa valores. São fugas-alegres que, como conta o poeta Fernando Pessoa (1991, 95-97), fundam outro “reino dos céus”:

Vi Jesus Cristo descer à terra. Veio pela encosta de um monte, tornado outra vez menino, a correr e a rolar-se pela erva e a arrancar flores para as deitar fora e a rir de modo a ouvir-se de longe. Tinha fugido do céu. [...] No céu era tudo falso, tudo em desacordo com flores e árvores e pedras. No céu tinha que estar sempre sério e de vez em quando se tornar outra vez homem e subir na cruz, e estar sempre a morrer [...]. Hoje vive na minha aldeia comigo. É uma criança bonita de riso e natural. Limpa o nariz ao braço direito, chapinha nas poças de água, colhe as flores e gosta delas e esquece-as. Atira pedras aos burros, rouba a fruta dos pomares e foge a chorar e a gritar dos cães. [...] Ele mora comigo na minha casa a meio do outeiro. Ele é a Eterna Criança, o deus que faltava. Ele é o humano que é natural, ele é o divino que sorri e que brinca. E por isso é que sei com toda certeza que ele é o Menino Jesus verdadeiro. [...] A Criança Nova que habita onde vivo, dá-me uma mão a mim e a outra a tudo que existe. E assim vamos os três pelos caminhos que houver, saltando e cantando e rindo e gozando do nosso segredo comum, que é o de saber por toda parte que não há mistério no mundo e que tudo vale a pena.

Em meio, então, às palavras de Fernando Pessoa, passeamos também com essa criança em devir que inventa uma vida alegre; mas de uma alegria caracterizada pela potência de movimentos a se agenciarem com “tudo o que existe”. É uma criança que afirma uma existência não restrita e que se nega à crucificação de sua potência criadora. É uma criança divina não pela verdade de sua transcendência frente às limitações humanas, mas pela potência inventiva de sua alegria. E esta Criança Nova; este sujeito aberto à experiência de “dizer-sim”, reinventa um céu que tanto está dentro de cada um de nós quanto também na qualidade lúdica das relações que compomos com os outros.

É um devir-criança que resgata no mundano cotidiano o riso e a ludicidade da experimentação brincante: não para dar um ponto final ao universo, mas para oferecer a ele outros começos.

Recebido em: 06-02-2019

Aceito em: 11-03-2019

REFERÊNCIAS

CARRASCOZA, João Luiz Anzanello. **Espinhos e alfinetes**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FILINTO, Tatiana; CUNHA, Anna. **Vestido de menina**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

GUATTARI, Félix. As creches e a iniciação. *In*: GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo princípio estético**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

INGOLD, Tim. Ponto, linha, contraponto: do meio ambiente ao espaço fluido. *In*: INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JOÃO. Evangelho segundo João. *In*: **Bíblia, Novo Testamento: os quatro evangelhos** (traduzido do grego por Frederico Lourenço). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, jan/abr, 2002.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância: ou o que vai do impossível ao verdadeiro. *In*: LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LAUB, Michel. **A maçã envenenada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUCAS. Evangelho segundo Lucas. *In*: **Bíblia, Novo Testamento: os quatro evangelhos** (traduzido do grego por Frederico Lourenço). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. **O amor nos tempos do cólera**. 51. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

MATEUS. Evangelho segundo Mateus. *In*: **Bíblia, Novo Testamento: os quatro evangelhos** (traduzido do grego por Frederico Lourenço). São Paulo: Companhia das

Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PESSOA, Fernando. O guardador de rebanhos. *In*: PESSOA, Fernando. **O guardador de rebanhos e outros poemas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

SPYRI, Johanna. **Heidi**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

STARNONE, Domenico. **Laços**. São Paulo: Todavia, 2017.

TWAIN, Mark. **As aventuras de Tom Sawyer**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

VASCONCELOS, José Mauro de. **Coração de vidro**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

ZIRALDO. **O menino maluquinho**. 74. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.